

**MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE DISPENSA Nº \_\_\_\_/2025**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO \_\_\_\_/2025**  
**PROCESSO ADM: Nº \_\_\_\_/2025**

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NATIVIDADE - RJ**, com sede administrativa na sede da Secretaria Municipal de Saúde situada na Rua Dr. Renato Vieira da Silva, 07 – Centro, Natividade/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.396.542/0001-04, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde Srª Natália da Silveira Veríssimo, portadora do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, órgão expedidor IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, a seguir denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, portador da CI/SSP/RG nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado em \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm justo e contratado, o que adiante segue, mediante as seguintes cláusulas e condições e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente da **DISPENSA DE LICITAÇÃO nº \_\_\_\_/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES E VITAMÍNICOS**, para atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 03 (três) meses, de forma parcelada, conforme Termo de Referência anexo à Dispensa de Licitação nº \_\_\_\_/2025.

**1.2. DESCRIÇÃO - QUANTIDADE - VALOR:**

ITEM	DESCRIÇÃO	QNT	UND	CATMAT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	ÔMEGA 3 1G DE EPA E DHA LIVRE DE CONTAMINAÇÃO 120 CÁPSULAS	50	FRASCO	410697	R\$	R\$
2.	POLIVITAMÍNICO A-Z SEM GLÚTEN E SEM LACTOSE C/60 UNIDADES	150	CAIXA	445018	R\$	R\$
3.	SUPLEMENTO ALIMENTAR PROTEICO. LATA C/900G (tipo Whey Protein Isolate – "Não Contém Glúten")	30	CAIXA	607958	R\$	R\$
4.	SUPLEMENTO ALIMENTAR EM PÓ DE VITAMINAS, MINERAIS, AMINOÁCIDOS E FIBRAS C/30 SACHÊS 8,5G (tipo Guardian Central Nutrition)	12	CAIXA	480010	R\$	R\$
5.	LATA DE REFORÇO NUTRICIONAL PARA ADULTOS E IDOSOS C/800G COM SABORES VARIADOS	323	LATA	466567	R\$	R\$
6.	VITAMINA C (ÁCIDO ASCÓRBICO) 500MG EFERVESCENTE C/10 COMPRIMIDOS	100	CAIXA	466846	R\$	R\$
7.	POLIVITAMÍNICO + LUTEÍNA 20MG C/60 CÁPSULAS	15	CAIXA	625544	R\$	R\$
<b>VALOR TOTAL:</b>						<b>R\$</b>

**1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. Dispensa de Licitação de Registro de Preço nº \_\_\_\_\_ 2025;
- 1.3.3. A Proposta da ATA;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E REAJUSTE:**

**2.1.** A Ata de Registro de Preços terá vigência de **03 (três) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, **sem possibilidade de prorrogação**, nos termos da legislação vigente.

## **2.2 DO REAJUSTE**

2.2.1 A Ata de Registro de Preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, supressão ou acréscimo de quantitativos ou qualitativos, permanecendo inalterados os valores e condições pactuados durante toda a sua vigência.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

**3.1.** A entrega dos produtos deverá ocorrer de forma PARCELADA conforme a necessidade da Secretaria requisitante, não sendo obrigatório usar todo o saldo disponível.

**3.2** A Contratada se obrigará a realizar a entrega dos produtos em quantidades solicitadas, após a requisição emitida pelo Município de Natividade/RJ. A Contratada deverá estar apta no prazo máximo de 05 (cinco) dias após assinatura da ATA.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

**5.1.** O valor total da ata é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), observados os valores unitários e totais constantes no item 1.2 desta Ata.

**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, deslocamento de entrega e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

**6.1** O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da data do ateste da Nota Fiscal, observada a ordem cronológica de exigibilidade, por meio de transferência eletrônica, após a execução do objeto contratual e mediante a entrega da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo servidor responsável, conferida e aprovada pela Administração Municipal, acompanhada das Certidões Negativas de Débitos junto à Fazenda Pública Federal e Municipal do domicílio ou sede da contratada, bem como das certidões relativas ao FGTS e às obrigações trabalhistas.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**7.1** O Contratante obrigar-se-á:

7.1.1 Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

7.1.2 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada às dependências do Órgão contratante, prestando-lhes os esclarecimentos pertinentes;

7.1.3 Comunicar/Notificar à empresa Contratada sobre possíveis irregularidades observadas na entrega do produto, para imediata correção e/ou substituição;

7.1.4 Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as obrigações assumidas pelo prestador;

7.1.5 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nas condições estabelecidas.

### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**8.1** A Contratada obrigar-se-á:

8.1.1 Fornecer os produtos no local e prazo designados, em estrita conformidade com as especificações e exigências constantes no Termo de Referência;

8.1.2 Executar a entrega dos produtos dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria, de acordo com as especificações, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

8.1.3 Corrigir e/ou substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após notificação formal, qualquer produto entregue em desacordo com as especificações constantes nos anexos e nas respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade que comprometa sua utilização;

8.1.4 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente às reclamações, bem como comunicar, de forma imediata e por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do contrato;

8.1.5 Prover todos os meios necessários à plena operacionalidade da entrega dos itens, inclusive nos casos de greve, paralisação ou qualquer outro evento que possa impactar a execução dos serviços;

8.1.6 Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração relativa a endereço, conta bancária ou demais informações necessárias ao perfeito cumprimento do contrato;

8.1.7 Arcar com todas as despesas relativas à entrega dos itens, tais como fretes e/ou transportes, não cabendo qualquer ônus adicional à Contratante;

8.1.8 Manter a regularidade fiscal e trabalhista durante toda a vigência da Ata, bem como apresentar, no momento da entrega da nota fiscal, as certidões comprobatórias (Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão de Regularidade Fiscal Municipal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT), como condição para o recebimento da prestação do serviço.

## **CLÁUSULA NONA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial da Ata;
- b) Der causa à inexecução parcial da ata que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total da Ata;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ata;
- f) Praticar ato fraudulento na execução da ata;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

**10.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1 **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial da ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

10.2.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

10.2.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.2.4 **Multa:**

10.2.4.1 Moratória de 1% (hum por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.2.4.2 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a

promovera extinção da atapor descumprimento ou cumprimento irregularde suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

10.2.4.3 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ata, nocaso de inexecução total do objeto.

**10.3** A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**10.4** Todas as sanções previstas nesta Ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4.5 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normase orientações dos órgãos de controle.

10.4.6 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente, definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

**10.5** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**10.6** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**10.7** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

**10.8** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser

compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão, decorrentes desta mesma ata ou de outras que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DA ATA

**11.1.** A ata se extingue quando vencido o prazo nela estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partescontraentes.

11.1.1 A ata se extingue quando a consumação do seu objeto, ou seja, com a contratação integral dos quantitativos registrados.

**11.2.** A ata pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo nela fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

11.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresanão ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir a Ata.

11.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**11.3.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.3.4 Indenizações e multas.

**11.4.** A extinção da ata não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício 2025, na dotação abaixo discriminada:

<b>UNIDADE GESTORA</b>
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ: 12.396.542/0001-04
<b>ORGÃO</b>
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
<b>ELEMENTO</b>
O.S.T.P. JURÍDICA
<b>CÓDIGO</b>
3.3.90.30.00
<b>RECURSOS</b>

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

13.1 Ficam os seguintes servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do objeto, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7º, da Lei federal nº 14.133/21.

<b>FISCAL DE CONTRATO</b>	
Alice Miccichelli Arantes	Portaria GP: 701/2025
<b>GESTOR DO CONTRATO</b>	
Natália da Silveira Veríssimo	Portaria GP: 701/2025

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais das atas.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124](#)

e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.2** Registros que não caracterizam alteração da ata podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

**16.1** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento sítio oficial: [www.natividade.rj.gov.br](http://www.natividade.rj.gov.br) e no Diário Oficial do Município.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

**17.1.** Fica eleita a Comarca de Natividade – RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Natividade, RJ, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

---

**Fundo Municipal de Saúde**  
CNPJ: 12.396.542/0001-04  
Natália da Silveira Veríssimo  
CONTRATANTE

---

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
XXXXXXXXXX  
CNPJ: XX.XXX.XXX/000X-XXX  
CONTRATADA

---

Fiscal do Contrato

---

Gestor do Contrato